



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA**

WANESSA RODRIGUES MARTINS

A REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA TRADIÇÃO BRASILEIRA: subsídios para
elaboração de um modelo ideal de ensino por meio da semântica textual

BELÉM – PARÁ

2016

WANESSA RODRIGUES MARTINS

**A REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA TRADIÇÃO BRASILEIRA:
subsídios para elaboração de um modelo ideal de ensino por meio
da semântica textual**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado à Faculdade de Arquivologia da
Universidade Federal do Pará como parte da
avaliação para obtenção do título de bacharel
em Arquivologia.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato
Barros

BELÉM, PA

2016

Martins, Wanessa Rodrigues.

A representação arquivística na tradição brasileira: subsídios para elaboração de um modelo ideal de ensino por meio da semântica textual / Wanessa Rodrigues Martins - Belém/PA, 2016.
60 f.: 30 cm.

Monografia (Bacharelado em Arquivologia) - Universidade Federal do Pará, Faculdade de Arquivologia, 2º sem. 2016.

Bibliografia: f. 59-61

Orientador: Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros.

1. Representação Arquivística. 2. Classificação. 3. Descrição. 4. Modelo de ensino. 5. Semântica textual.

WANESSA RODRIGUES MARTINS

A REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA TRADIÇÃO BRASILEIRA:
subsídios para elaboração de um modelo ideal de ensino por meio da
semântica textual

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado na Faculdade de
Arquivologia da Universidade Federal do
Pará como parte da avaliação para
obtenção do título de bacharel em
Arquivologia.

Aprovada em: __ / __ / __

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros
Orientador

Prof^a. Dra. Franciele Marques Redigolo
Membro da Banca

Prof. Me. Gilberto Gomes Cândido
Membro da Banca

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a três mulheres que em minha vida inspiram força, coragem, ousadia e fé. Minha vovó Elza, tão linda e forte, minha mamãe Elzilene, pela bravura com que vence seus dias sem deixar de ver as flores em meio aos espinhos, e a Suelém, minha irmã, por todos os adjetivos já citados e pela doçura e sensibilidade, dos menores aos maiores detalhes, em tudo o que faz. Estou aqui porque Deus me presenteou com vocês...

AGRADECIMENTOS

Ao meu Criador pois que com tanto amor me formou e me tem cuidado. Conduzindo a história da minha vida por caminhos inimagináveis, me fazendo tão lindas e preciosas surpresas das quais nunca imaginei viver.

Papaizinho, obrigada por cuidar tão bem de mim assim. O amo mais que a vida!!!

A minha linda e preciosa mãe! Deus personificou Seu amor por mim por meio de você. Você é a parte mais bonita e forte de mim. Te amo, mãe. Muito obrigada por me ensinar a ser uma conquistadora, assim como você! Minha inspiração!

Minha mana, Susú! Tão encorajadora! Sempre soube me incentivar e dizer que tudo daria certo mesmo morando longe. Obrigada pelo carinho e amor, mana! Amo você!

Aos membros que compuseram minha banca, sou imensamente grata por aceitarem o convite e honrada pela contribuições, conselhos, dicas e também pelo carinho. São estes:

O Prof. Dr. Thiago Henrique B. Barros, meu orientador. Esta parceria foi fundamental para que este trajeto pudesse ser concluído. Muito obrigada pelo conhecimento compartilhado, pelo incentivo e força de sempre. Muito obrigada!

Professor Gilberto Cândido, que desde a Qualificação de tão bom grado não poupou dicas, conselhos, conhecimento e até quase receitas pra eu manter a calma. Que excelente Mestre você! Tenha meu carinho e gratidão sempre!!!

A Professora Dra. Franciele Redigolo, pela gentileza e prontificação, pela observação de cada detalhe (e que por sinal fizeram grande diferença!).. Obrigada por “mergulhar”, em tão pouco tempo, neste trabalho como se fosse seu, pela sua atenção e ajuda de coração nesse importante momento meu. Agradeço de coração!

Foram meus professores na graduação e tiveram grande contribuição para esta conquista e realização:

O Prof. Dr. Roberto Lopes Santos Jr por tão amigavelmente sempre sanar dúvidas e estar disponível a esclarecimentos. Obrigada por toda ajuda e apoio, professor!

O Professor Dr. Hamilton Oliveira pelo incentivo e atenção sempre que necessários. Muito obrigada!

O Professor Me. Luiz Eduardo, por seu papel crucial e pioneiro na formação especialmente das três primeiras turmas desde curso no Estado do Pará. Sou grata por toda contribuição e presteza caro professor.

Os amigos! Sim! Estes são como verdadeiras fontes de água quando se está no deserto. São alegria, força e graça. Como dádiva tenho vários destes por cada canto que passo, na Arquivologia não foi diferente.

Amanda Marissa, Barbara Carolina, Celineide, Cristian Mayko, Elidiane Viana, Elizabeth Aires, Josy Abreu, Lêdo, Marina, Nete...

A companhia e amizade de vocês em cada fase que passamos foi essencial. Muito Obrigada pelo carinho e incentivo compartilhado!

Ao Arquivo Público do Estado do Pará, representado por sua equipe, pela constante gentileza com que auxilia os pesquisadores e estudantes nas buscas e recuperação da informação. Muito Obrigada!

Como bolsista de iniciação científica neste último ano do curso, agradeço a UFPA e ao CNPQ pelo apoio, incentivo e financiamento desta pesquisa.

Resumo

A representação arquivística faz parte de um desdobramento teórico-conceitual recente no âmbito da disciplina dos arquivos que visa integrar as atividades de classificação e descrição enquanto parte de um processo de representação e acesso aos documentos de arquivo. Visa-se com esta pesquisa contribuir de maneira significativa para a área de organização de arquivos, especialmente no que se relaciona a sistematização de metodologias e estratégias de ensino no âmbito deste processo. Para este fim, tem-se como metodologia de pesquisa a semântica textual, visando a análise profunda de produções textuais técnicas advindas da representação em arquivos. Fixa-se na tradição brasileira visando contribuir para elaboração do “modelo ideal de ensino de representação arquivística”, analisando o Arquivo Público do Pará e o Arquivo Nacional, no que se refere as suas políticas em representação de arquivos, por meio de questionários e análise de catálogos de descrição de ambas as instituições tendo a semântica textual como método de análise. Busca-se contribuir de maneira significativa para o projeto “a representação arquivística: elementos para a construção de um modelo de ensino ideal por meio da semântica textual a partir dos contextos australiano, canadense e brasileiro” e auxiliar na consolidação da representação arquivística enquanto uma abordagem metodológica na tradição brasileira.

Palavras-Chave: Representação Arquivística; Classificação; Descrição; Modelo de ensino; Semântica Textual

Abstract

Archival representation is part of a recent theoretical and conceptual development in the context of the discipline of the files that aims to integrate the classification of activities and description as part of a process of representation and access to archival documents. Visa it is with this research contribute significantly to the area of file organization, especially as it relates to systematize methodologies and teaching strategies in this process. To this end, we have as a research methodology textual semantics, aimed at deep analysis techniques textual productions arising from representation files. Fixed in the Brazilian tradition to contribute to developing the "ideal model of archival representation of teaching", analyzing the Public Archives of Pará and the National Archives, as regards its policies on behalf of files, through questionnaires and analysis description catalogs of both institutions with the textual semantics as analysis method. Seeks to contribute significantly to the project "archival representation: elements for the construction of an ideal teaching model by textual semantics from the Australian context, Canadian and Brazilian" and assist in the consolidation of archival representation as an approach methodology in the Brazilian tradition.

Keywords: Archival Representation; Classification; Description; Teaching Model; Textual Semantics

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AN ARQUIVO NACIONAL

AN ARQUIVO NACIONAL

APEP ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

IPES INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS

ISAD (G) GENERAL INTERNATIONAL STANDARD ARCHIVAL DESCRIPTION

LT LINGUÍSTICA TEXTUAL

NOBRADE NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Definições Sobre a Pragmática Textual

Quadro 2 - Conceito de Texto

Quadro 3 - Princípios de Construção Textual de Sentido

Quadro 4 - Outros Elementos Constituintes da Coerência e Coesão Textual

Quadro 5 - Análise textual do Catálogo de Filmes do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES.

Quadro 6 - Análise textual do Catálogo de Documentos Sonoros de Apolônio de Carvalho

Quadro 7 - Análise textual do Catálogo de Documentos Manuscritos da Secretaria da Capitania (Período Colonial 1649 – 1823)

Quadro 8 - Catálogo da Documentação do Ministério da Aeronáutica.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 ABORDAGENS LINGUÍSTICAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: Linguística textual enquanto uma abordagem de pesquisa	17
2.1 Curso de Linguística Geral: A linguística enquanto uma ciência	17
2.2 Semântica e a teoria de análise de textos.....	21
2.3 O texto enquanto um objeto teórico	25
2.4 Gêneros textuais.....	27
2.5 Análise de textos técnico-científicos.....	28
2.6 Análise dos instrumentos de pesquisa: procedimentos metodológicos	32
3 REPRESENTAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	34
3.1 Representação Arquivística: percurso histórico-conceitual.....	36
3.2 Classificação Arquivística: percurso histórico e definições	40
3.3 Descrição Arquivística.....	41
4 ANÁLISE DAS PRÁTICAS EM REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA NO CONTEXTO BRASILEIRO: Arquivo Nacional e Arquivo Público do Estado do Pará	45
4.1 Análise dos Catálogos do Arquivo Nacional: Instituto de pesquisas e estudos sociais e Apolônio de Carvalho.....	46
4.2 Análise dos catálogos do Arquivo Público do Estado do Pará: Catálogo de Documentos Manuscritos da Secretaria da Capitania (Período Colonial 1649 – 1823) e Catálogo do Ministério da Aeronáutica.....	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERENCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

A Descrição e a Classificação foram as primeiras atividades Arquivísticas a trabalhar as questões técnicas e práticas em manuais. Neste sentido, estas funções marcam a inauguração da Arquivística enquanto uma disciplina técnico-científica a partir do final do século XIX, e, além disso, inauguram uma nova perceptiva no tratamento relacionado aos documentos de arquivos enquanto instituições socioculturais e o papel dos arquivistas, agentes responsáveis pela memória contida nos arquivos e pela imagem destas instituições perante a sociedade à qual estão inseridas.

A descrição arquivística juntamente com a avaliação e classificação, são funções cruciais para a organização dos arquivos. Tratam-se das principais metodologias de difusão e acesso à informação, em que consiste a Representação em arquivos. Para garantir o acesso às informações contidas nos documentos de arquivo (transformar informação em conhecimento) utiliza-se da elaboração de instrumentos de pesquisa, os quais tornam possível sua fundamental função, representar para localizar e proporcionar o acesso aos documentos.

A Descrição Arquivística, por sua vez, visa explicar os documentos tornando possível a compreensão do acervo/fundo arquivístico, de sua origem, do seu contexto e proveniência, de seu método de arquivamento, de sua forma e conteúdo, da relação orgânica com outros documentos.

Relacionando às outras atividades arquivísticas, descrição assim como a classificação, como já dito, foram as primeiras funções a serem conceituadas na teoria arquivística, portanto, o século XIX marca o início da prática em descrição de arquivos.

A atividade de descrever além de proporcionar acesso, garante a preservação dos documentos. O arquivista para desenvolver as atividades de descrição fazia uso de conhecimentos oriundos, basicamente, de duas áreas correlatas do conhecimento, a paleografia e a diplomática, as quais o auxiliavam na leitura e transcrição dos documentos. Descrever significava representar, identificar e organizar, após esses procedimentos registrava-se as informações em instrumentos de pesquisa.

No contexto Revolução Francesa, os arquivos eram compreendidos como tesouros, como forma de controle, manutenção e legitimação de poder, como acontecia nas Monarquias Absolutistas. A compilação e preservação feitas nesse período serviriam para garantir a “memória perpétua”, isto é, como provas autênticas e permanentes de ações passadas. Descrição e arranjo, nesse período, sofreram consideráveis mudanças devido ao desenvolvimento da história científica e ao aumento de uso dos arquivos para fins culturais e de pesquisa. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, DURANTI, 1994).

Paralelamente à Revolução francesa ocorre, também, a criação no Arquivo Nacional Francês e das Escolas Diplomáticas. A partir daí aqueles documentos tidos como objeto de poder, passam a servir para pesquisa histórica. No entanto, a classificação feita por assunto, acarretou em perdas quanto ao contexto de produção, os desmembramentos de fundos, e a união de peças documentais às outras com as quais não havia a menor relação contextual.

Nesse momento as escolas diplomáticas passaram a buscar estabelecer parâmetros que auxiliassem na organização dos documentos. Originando-se o *conceito de fundo*. No entanto percebeu-se a impossibilidade de rearranjar fisicamente os documentos, sendo a descrição usada como um meio de mostrar a ordem original dos documentos. Esse trabalho era representado através listas de localização e índices (LEÃO, 2006).

A partir do século XX, pensou-se que, quando novos documentos passassem a ser transferidos aos arquivos, segundo os princípios de respeito aos fundos e à ordem original, a descrição serviria, novamente, apenas para a elaboração de instrumentos de pesquisa. Mas não foi o que ocorreu, e isso por dois motivos: os arquivistas passaram a lidar com fundos abertos e volumosos e destinados ao acesso dos órgãos criadores e os usuários em geral. O que proporcionou um significativo desenvolvimento no conceito de descrição, atribuindo-lhe maior importância.

No decorrer da década de 1980 as atividades de descrição e arranjo passam a ser compreendidas de forma associada começando então um processo de representação, como ressaltam autores como Lopes (2013), Tognoli (2012) e Barros (2014). Agregando à descrição características de uma atividade não apenas de controle, mas de acesso. Quando trabalhos em prol da normalização começarão a surgir. Atribuindo, deste modo, mais parâmetros à Arquivística.

Esta pesquisa entende e analisa a classificação e a descrição como parte integrante do processo de Representação e acesso aos documentos de arquivo. Para tanto, tem em vista que a Representação Arquivística é resultado de um ciclo de atividades conjuntas inerentes a estas atividades. Esta visão integradora é recente e especialmente no contexto brasileiro encontra-se em estado de iniciação no que diz respeito a pesquisa e publicações científicas.

Tem-se como objetivo geral oferecer subsídios para a construção de um referencial teórico metodológico a respeito da representação Arquivística no contexto brasileiro, visando a contribuir para a criação de um modelo de ensino tendo como base metodológica a semântica textual.

Visa-se, ainda, colaborar de maneira significativa para organização de arquivos, especialmente no que se relaciona a sistematização metodológica e estratégica de ensino no âmbito deste processo. Utilizando-se da semântica textual para a análise profunda de produções textuais técnicas advindas da representação em arquivos.

Fixa-se na tradição brasileira tradição brasileira visando contribuir para a discussão do “modelo ideal para ensino em representação arquivística”, analisando o Arquivo Público do Pará e o Arquivo Nacional, no que se refere à produção de instrumentos de pesquisa, especificamente catálogos de descrição.

Tendo como objetivos específicos:

- a) Comparar as diferentes abordagens em representação nas diferentes instituições selecionadas;
- b) Demonstrar como os arquivistas das duas instituições trabalham no que se refere à construção dos planos de classificação e instrumentos de pesquisa;
- c) Relacionar as políticas em Representação arquivística nas duas instituições selecionadas;
- d) Analisar as políticas existentes no que se refere a Representação Arquivística
- e) Identificar qual a linha teórica que influencia os profissionais das duas instituições

Esta pesquisa se justifica à medida que contribui para complementar o projeto “A Representação Arquivística: elementos para a elaboração de um modelo de

ensino ideal por meio da semântica textual a partir dos contextos australiano, canadense e brasileiro” com subsídios fundamentais para seu desenvolvimento.

Também se relaciona a tradição de pesquisa recém instituída no âmbito da representação e organização da informação por meio do grupo de pesquisa Representação em Arquivos e Bibliotecas que busca discutir os aspectos metodológicos e conceituais envolvidos na representação e organização da informação em arquivos e bibliotecas, como é possível perceber em sua ementa:

A Representação em Arquivística é uma mudança de abordagem no que se relaciona a classificação e descrição de arquivos, na medida em que se percebe que ambas funções estão relacionadas e participam de um processo único no âmbito dos arquivos, que visam a organização e acesso. Por outro lado, a temática de representação é recorrente no universo teórico-metodológico da ciência da informação e tem-se desenvolvido temáticas voltadas para o crescimento teórico-metodológico relacionadas a análise documental, tratamento temático da informação e indexação (GPRAB, 2015).

Esta análise se deu em dois principais momentos. Em um primeiro momento será apresentado um levantamento bibliográfico a respeito da Representação Arquivística e Semântica Textual, seus princípios teóricos, seu uso na atualidade por parte da Ciência da Informação, aspectos de sua constituição histórica e como efetuar a análise semântica dentro da Ciência da Informação.

Depois de discutirmos os preceitos da Semântica Textual, fez-se um levantamento predominantemente bibliográfico da teoria e da prática em relação à Representação Arquivística, visando compreender como se constituíram e se constituem a teoria.

O corpo do texto está estruturado em quatro capítulos de maneira que o segundo, intitulado **“Abordagens linguísticas em Ciência da Informação: Linguística textual enquanto uma abordagem de pesquisa”** discorre sobre o percurso histórico-conceitual da Linguística enquanto ciência e da Linguística Textual como uma de suas vertentes que tem por objeto de estudo o “texto”, a partir daí faz-se a explanação do conceito de texto de acordo com a visão dos principais autores sobre a temática e, então, fecha-se a seção com a semântica textual

conceituando-a e tomando-a como pressuposto para a análise dos textos que se propôs analisar.

O terceiro capítulo aborda a **Representação em Ciência da Informação** abordando de maneira geral a representação nesta e de modo mais específico no âmbito da Arquivística entendida na Classificação e descrição.

A **Análise das práticas em representação Arquivística no contexto brasileiro: Arquivo Nacional e Arquivo Público do Estado do Pará** será objeto do quarto capítulo que nesse momento cuidará de associar a literatura consultada e o referencial teórico construído à prática de leitura e compreensão textual, partindo-se deste ponto às considerações finais.

2 ABORDAGENS LINGUÍSTICAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: Linguística textual enquanto uma abordagem de pesquisa

Busca-se neste capítulo abordar os aspectos mais relevantes desde promulgação da linguística até aos dias atuais, faz-se a construção deste percurso baseando-se nos autores de maior destaque desta área de conhecimento.

A Classificação e a Descrição são funções do processo de Representação Arquivística que consistem na realização atividades analíticas e de pesquisa específicas empregadas nos arquivos/acervos, estas pesquisas são representações textuais em formatos de Plano de Classificação e Instrumentos de Pesquisa, respectivamente. Reconhece-se que não há, no âmbito da Arquivística nacional, parâmetros Linguístico-textuais condutores e nem normalizadores que auxiliem na produção e análise destes textos.

Partindo-se dessa compreensão e com base na Linguística Textual este capítulo estuda as estruturas profundas do texto bem como os aspectos semânticos para análise e compreensão dos mesmos, se constituindo então, com um pano de fundo para as análises operadas ao longo do trabalho.

2.1 Curso de Linguística Geral: A linguística enquanto uma ciência

A Linguística, ciência que se dispõe ao estudo das línguas e das linguagens, passou por três momentos até a definição de seu objeto. Primeiramente denominada de Gramática, seguida da Filologia e, por fim, a Filologia Comparativa ou Gramática Comparada, conforme Ferdinand de Saussure, esse período começou quando se descobriu que as línguas poderiam ser comparadas entre si buscando uma raiz comum.

Segundo Orlandi (2007), dois momentos foram cruciais para a constituição da linguística, o século XVII, conhecido como o século das gramáticas gerais e o século XIX com as gramáticas comparadas.

Os estudiosos desse período consideravam que sendo a linguagem a “representação do pensamento”, as línguas deveriam seguir “princípios racionais e lógicos”. O propósito maior destes linguistas era alcançar a “língua-ideal universal, lógica, sem equívocos, sem ambiguidades, capaz de assegurar a unidade da comunicação do gênero humano” (ORLANDI, 2007, p.12).

Diferentemente das gramáticas gerais e racionais o século XIX trouxe novas perspectivas aos linguistas especialmente porque chegaram à conclusão que “já não tem validade o ideal universal” chamando-lhes a atenção “o fato de que as línguas se transformam com o tempo” (ORLANDI, 2007, p.13).

Saussure (1977, p. 10) ressalta que “em 1816, Franz Bopp estudou as relações que unem o sânscrito ao germânico, ao grego, ao latim, etc.”. Embora F. Bopp não fosse o primeiro a fazer esta pesquisa, até aquele momento (1816) não havia comprovações de que essa relação de comparação entre as línguas fosse compreendida de maneira plena e relevante.

Por isso, embora não lhe pertença o mérito de descobridor, Saussure destaca que “foi ele quem compreendeu que as relações entre as línguas afins podiam tornar-se matéria duma ciência autônoma”.

Nos anos seguintes houve vários outros estudiosos comparatistas que trouxeram contribuições aos estudos referentes às línguas e linguagens. A escola comparatista abriu caminho para novas reflexões na área, abrindo caminho para o que posteriormente seria a linguística enquanto um espaço de desenvolvimento teórico-metodológico, embora não o tenha feito, pois “jamais se preocupou em determinar a natureza do seu objeto de estudo. Ora, sem essa operação elementar, uma ciência é incapaz de estabelecer um método para si própria” (SAUSSURE, 1977, p. 10).

A gramática comparada tanto não pode abarcar à Linguística o status de ciência quanto não apresentou a finalidade das comparações que faziam. Nas palavras de Saussure “foi exclusivamente comparativa, em vez de ser histórica. Sem dúvida, a comparação constitui condição necessária de toda reconstituição histórica. Mas por si só não permite concluir nada” (SAUSSURE, 1977, p. 10).

Como exposto, Saussure critica o método comparativo por não apresentar resultados concretos, além do fato de esta escola desconsiderar outras línguas igualmente antigas (não apenas o Sânscrito) como a românica e a germânica.

Foi a partir da análise destas duas línguas, românicas e germânicas, que “a Linguística propriamente dita [...] nasceu. Os estudos românicos inaugurados por Diez [...] contribuíram particularmente para aproximar a Linguística do seu verdadeiro objeto” (SAUSSURE, 1977, p.11).

A análise destas duas línguas era privilegiada em comparação ao sânscrito, pois estas possuíam uma gama de documentos dos quais se poderiam estudar e

analisar as minúcias das características, bem como, as transformações percebidas ao longo do tempo. A língua românica ainda mais pelo fato de que: “conhecia-se o Latim, protótipo das línguas românicas” (SAUSSURE, 1977, p.11).

Para Orlandi, as gramáticas comparadas contribuíram no sentido de que tornaram evidente que as mudanças ocorridas na língua “são regulares, tem uma direção” (ORLANDI, 1986, p.14)

A escola seguinte, denominada neogramática, tratou de analisar sob um percurso histórico, e não mais apenas comparativo, as comparações e então “encadear os fatos em sua ordem natural”. Os neogramáticos colaboraram no sentido de entender a língua como um fato e um produto social, não mais como “um organismo que se desenvolve por si só” (p. 12).

Margarida Petter (2003, p. 8), ao falar que “o grande processo na investigação do desenvolvimento histórico das línguas ocorrido no século XIX foi acompanhado por uma descoberta fundamental que veio a alterar, modernamente, o próprio objeto de análise dos estudos sobre a linguagem [...]” está se referindo a uma nova percepção de investigação tomada pelos estudiosos desse tempo, esta percepção os levou a considerar a língua falada para explicar as mudanças percebidas nos textos escritos. Pois até então a oralidade era desconsiderada dos estudos linguísticos cabendo apenas os textuais.

A era moderna evidentemente não deixou de considerar as escritas textuais, mas passou a observar de um modo mais específico a língua falada e a considerá-la como “um de seus princípios universais” (PETTER, 2013, p. 8). Foi nesse contexto que surgiu a obra e a problemática introduzida pelo linguista Suíço, Ferdinand de Saussure, a partir de seus trabalhos publicados postumamente a Linguística passou a ser reconhecida como um campo do conhecimento científico, com metodologia e objetos definidos, servido como um eixo estruturante para os estudos das áreas de ciências humanas e sociais.

Em seu curso, intitulado Curso de Linguística Geral do qual a obra póstuma, escrita por dois de seus alunos, recebeu o mesmo nome, Saussure, definiu e estabeleceu o objeto de estudo e análise linguística.

Para Saussure (1977, p.23) “A língua [...] é de natureza homogênea: constitui-se num sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas”.

O “sentido” é entendido como o conceito de determinada palavra que, ao ser enunciada, gera em quem esta recebendo a mensagem e a imagem acústica. As estas duas partes chamaram-se de significado e significante e à junção destes elementos de signos linguísticos. O linguista destaca que há uma dualidade interna das ciências que atuam como valores, na linguística essa noção de valor é representada pelo significado e significante (SAUSSURE, 1977).

Benveniste (1976), quando aborda os níveis de análise linguística, denomina-a de método de distribuição, que condiz à segmentação e substituição das palavras e morfemas, desse modo conceitua a análise linguística em:

Definir cada elemento pelo conjunto do meio em que se apresenta, e por intermédio de uma relação dupla, relação do elemento com os outros elementos simultaneamente presentes na mesma porção do enunciado (relação sintagmática); relação do elemento com os outros elementos mutuamente substituíveis (relação paradigmática) (BENVENISTE, 1976, p. 128).

Quanto a isso, as substituições e segmentações exercidas na análise linguística e o aparato usado para determinar estas escolhas, Benveniste diz ser da “condição linguística do *sentido*” (1976, p.130). O autor destaca o sentido como principal elemento da análise linguística. Além de considerá-lo “condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter status linguístico” (BENVENISTE, 1976, p. 130).

Ao definir o signo linguístico, Saussure, considera que:

O signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (*empreinte*) psíquica dêsse som, a representação que dêle nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegarmos a chamá-la “material”, é somente nesse sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato (SAUSSURE, 1977, p. 80).

Segundo sua fala, a imagem, portanto, é baseada num conceito, e este, por sua vez, ao ser emitido por meio da fala é formado psiquicamente na mente do indivíduo, ou seja, a construção linguística está baseada em uma dualidade do código socialmente construído e do indivíduo.

Assim, a dicotomia interna do signo linguístico, reflete nas estruturas superiores no caso as diferenças existentes entre língua e fala, Orlandi (1986, p. 24) ressalta ainda que, “para ele, [Saussure], a língua é um sistema abstrato, um fato social, geral, virtual; a fala, ao contrário, é a realização concreta da língua pelo sujeito falante, sendo circunstancial e variável”.

Além de distinguir também a “sincronia (o estado atual do sistema da língua) e a diacronia (sucessão, no tempo, de diferentes estados da língua em evolução)” (ORLANDI, 1986, p. 24). Saussure a partir de suas inferências sobre a linguagem e suas contribuições, acima apresentadas, configura-se um marco à medida que faz de suas percepções e estudos, são considerados princípios e conceitos basilares à linguística, dando fundamento a todas as correntes e teorias da linguística moderna.

2.2 Semântica e a teoria de análise de textos

Conforme visto na seção anterior, que buscou-se trabalhar aspectos gerais da linguística enquanto um campo em desenvolvimento, buscou-se os marcos disciplinares na área da linguística quanto ao assunto em questão. Estudou-se de forma mais exaustiva as autoras Leonor Lopes Fávero e Ingedore G. Villaça Koch por representarem o pioneirismo e também a atualidade do tema na perspectiva nacional.

A linguística textual é uma área da linguística recém-criada, inicialmente desenvolvida na Europa, especificamente na Alemanha, nos anos 1960. Ela concentra seus estudos, como o próprio nome remete, ao texto propriamente dito. (FÁVERO; KOCH, 2012).

As causas que levaram os linguistas a desenvolverem as gramáticas textuais justificam-se, segundo as autoras, devido:

Lacunas das gramáticas de frase no tratamento de fenômenos tais como a correferência, a pronominalização, a seleção dos artigos (definido ou indefinido), a ordem das palavras no enunciado, a relação tópico-comentário, a entoação, as relações entre sentenças não ligadas por conjunções, a concordância dos tempos verbais e vários outros que só podem ser devidamente explicados em termos de um texto ou, então, com referência a um contexto situacional. (FÁVERO; KOCH, 2012, p. 16).

A inserção destas novas perspectivas com relação ao texto pode ser compreendida como o atendimento e a resposta a uma série de necessidades latentes ao âmbito textual, como as ressaltadas acima, que transpõem o nível da palavra e da frase tal análise precisa, a partir de então, ser mais abrangente e completa, e isto seria alcançado por meio do contexto textual.

As autoras destacam três períodos que foram essenciais na “passagem da teoria da frase à teoria do texto”, para isso apresentam as considerações de Conte (1977, apud, FÁVERO e KOCH, 2012) em que o autor os elenca respectivamente como o da análise transfrástica, das gramáticas textuais e das teorias do texto. Vale ressaltar que esses momentos não são considerados como um percurso exatamente cronológico, mas “sim tipológico, por não haver, entre eles, uma sucessão temporal, constituindo-se cada um deles em um tipo diferente de desenvolvimento teórico” (FÁVERO; KOCH, 2012, p. 17).

No primeiro momento, o da análise transfrástica, a pesquisa ainda estava inclinada à análise do enunciado ou da sequência de enunciados e o seu percurso até o texto. Esse estudo objetivava inferir quais relações poderiam existir entre os enunciados.

Na visão das autoras, esse primeiro momento, ainda que significativo por transpor o nível da frase, não configurou autonomia ao tratamento do texto e nem pode construir um modelo teórico para servir como guia às pesquisas relacionadas. (FÁVERO; KOCH, 2012).

O segundo momento, das gramáticas textuais, visava estudar fenômenos linguísticos dos quais a gramática do enunciado não explicava. A gramática textual considerava que entre o texto e o enunciado havia uma diferença qualitativa e que o texto era “mais que uma sequência de enunciados” (p.19), sendo, portanto, a sua compreensão e produção resultadas da “competência textual”. Esta competência elencada pelas autoras consiste em:

- a) verificar o que faz com que um texto seja um texto, isto é, determinar seus *princípios de constituição*, os fatores responsáveis pela sua *coerência*, as condições em que se manifestam a textualidade (Texthaftigkeit);
- b) levantar critérios para a delimitação de textos, já que a completude é uma das características essenciais do texto;
- c) diferenciar as várias espécies de textos. (FÁVERO; KOCH, 2012, p. 19).

As autoras destacam o modelo de gramática textual de Petöfi, pois é o que mais se destacou nesse segundo momento. Petöfi acreditava em um modelo de gramática textual de base não linear, isto quer dizer, que não seguia um padrão pré-estabelecido, e nem formal, pois esta base textual constaria de “uma *representação semântica*, indeterminada com respeito às manifestações lineares das sequências dos enunciados” (FÁVERO; KOCH, 2012, p. 20. Grifo nosso),

Petöfi postula ser este modelo de gramática apto a tornar possível:

a) a análise de textos, isto é, a atribuição a uma manifestação linear de todas as bases textuais possíveis; b) a síntese de textos, ou seja, a geração de todas as bases possíveis textuais; c) a comparação de textos. Neste modelo, o léxico, com suas representações semânticas intencionais, assume função relevante. (FÁVERO; KOCH, 2012, p. 20).

O terceiro e último momento é o das teorias do texto. Desse momento em diante recebem maior destaque o contexto pragmático do texto.

O âmbito de investigação se estende do texto ao contexto, entendido, em geral, como conjunto de condições – externas ao texto – da produção, recepção e da interpretação do texto. (FÁVERO; KOCH, 2012, p. 20).

Sobre este aspecto Linguístico – textual, vários autores fizeram considerações a exemplo de Dressler, Schmidt e Oller. A pragmática do texto foi abordada de diversas maneiras. A seguir observam-se estas definições por meio de um quadro conceitual para melhor visualização e compreensão.

Quadro 1 – Definições sobre a pragmática textual

AUTOR	DEFINIÇÃO
WOLFGANG DRESSLER	“constitui apenas um componente acrescentado a <i>posteriori</i> a um modelo preexistente de gramática textual.” (DRESSLER, 1970, apud, FÁVERO; KOCH, 2012, p. 21)

SIEGFRIED J. SCHMIDT	“significa a evolução da Linguística textual em direção a uma teoria pragmática do texto, que tem como ponto de partida o ato de comunicação – com todos os seus pressupostos psicológicos e sociológicos [...]” (SCHMIDT, apud, FÁVERO; KOCH, 2012, p. 21)
JOHN W. OLLER, JR.	“a interação dinâmica entre o conhecimento do locutor a respeito do universo (incluindo as informações imediatamente percebidas) e as dimensões sintático – semânticas. Estas dimensões,entretanto, de nenhuma maneira são independentes”. (OLLER, 1972, p. 43-55, apud, FÁVERO; KOCH, 2013, p. 22).

Fonte: Elaborado pela autora. Dados da pesquisa 2016.

Estes três momentos mostram o percurso de constituição e expansão teórica da linguística textual e, como se referem as autoras, é caracterizado de forma mais “ampla, substancial e interdisciplinar”. (FÁVERO; KOCH, 2013, p. 23).

Para Fávero e Koch (2013) a gramática textual pode ser definida em termos do tipo de objeto que se propõe descrever de maneira explícita, o “texto” ou “discurso” (p.23), pela visão das autoras pode-se inferir que as gramáticas textuais não consistem em mais uma forma de gramática/regras, como o é a” estrutural, a gerativo-transformacional ou a funcional. (FÁVERO; KOCH, 2013, p. 23).

Portanto, o alvo das gramáticas textuais, bem como da linguística textual não se restringem a “métodos e modelos, mas, sim, do seu escopo, ou seja, dos tipos de objetos e de problemas que constituem o seu campo de estudo”. (p.23). Desse modo, visa explorar a própria área de modo a buscar solucionar problemas e expandi-la cientificamente.

Fávero e Koch novamente contribuem à análise da semântica textual quando, assim como Benveniste, esclarecem a noção de sentido, fazendo entender que:

O plano de conteúdo, os significados ordenados dos signos que compõem um texto podem ser chamados de sentido (sinn). À semântica textual, como parte da linguística textual, cabe indagar-se sobre as regras válidas para a determinação recíproca dos signos verbais no texto e na sua compatibilidade dentro do contexto (FÁVERO; KOCH, 2012, p. 27).

Infere-se, a partir do percurso traçado, que a Linguística Textual contemporânea estende sua análise do texto ao contexto, isto é, aos fatores que se encontram para além do texto. Esta forma de analisar não só é mais abrangente como muito mais profunda em termos semânticos do que até então se havia proposto em relação ao texto. É, portanto, esse viés mais prático e palpável, isto é, pragmático, que vai trazer uma renovação identitária à Linguística Textual a partir do século XX.

2.3 O texto enquanto um objeto teórico

Na Linguística textual e na Teoria do Texto, o “texto” é o conceito principal, seja de cunho oral ou escrito expressos em pelo menos dois signos, precisa ser delimitado para poder ser trabalhado pela Linguística Textual, portanto, seu início e fim deverão ser previamente delimitados de maneira explícita. São exemplos diálogos, sermões, livros dentre outros que representam um aspecto delimitado em si. (FÁVERO; KOCH, 2013).

Como já dito a Linguística Textual diferencia-se da Linguística estrutural a medida que não se destina a estabelecer regras sintáticas, mas, sim na análise das minúcias textuais contidas nos enunciados e frases dentro deste e na relação semântica contida entre estes em todo o contexto que envolve o texto. Isto vai além do que simplesmente apresenta em seus aspectos estruturais. Portanto a linguística do texto é aquela que preocupa-se com as relações entre as palavras, frases e seu sentido.

Quando as autoras conceituam texto e destacam as demarcações de início e fim de um texto, fazem uma consideração de suma importância: “as demarcações mais evidentes são decorrentes de alterações na interação pragmática dos indivíduos que produzem ou recebem um texto” (FAVERO; KOCH, 2013, p. 25).

Com isso destacam o papel do indivíduo produtor ou receptor do texto como essencial e natural na delimitação referente à *práxis* do texto, quer seja na produção ou na interpretação deste, tal assertiva coloca em xeque qualquer perspectiva neutra e passiva na produção, análise e interpretação do texto em si.

Quadro 2 - Conceito de Texto

AUTOR	DEFINIÇÃO
HARWEG	Uma sucessão de unidades lingüísticas constituída por uma cadeia de pronominalizações ininterruptas. (KOCH, 1997, p. 70)
HARALD WEINRICH	Define o texto como uma seqüência linear de lexemas e morfemas que se condicionam reciprocamente e que, também reciprocamente, constituem o contexto. Isto é, o texto é uma "estrutura determinativa", um "andaime de determinações", em que tudo está necessariamente interligado. (KOCH, 1997, p. 70)
WUNDERLICH	Foi um dos principais responsáveis pela incorporação da pragmática nas pesquisas sobre o texto, tendo tratado, em suas obras, de questões relativas à dêixis, aos atos de fala e à interação face a face de modo geral (cf. Wunderlich, 1968, 1976, 1985). (KOCH, 1997, p. 71)
VAN DIJK	Van Dijk (1972) procura, a princípio, elaborar uma gramática textual, projeto que abandona já na segunda metade da década de 1970, quando se volta mais para o estudo do que denomina <i>macroestruturas</i> textuais - e, por decorrência, à questão da produção de resumos; e <i>superestruturas</i> ou <i>esquemas textuais</i> - e, em conseqüência, à descrição de diversos tipos de texto, como, por exemplo, a narrativa, a notícia de jornal e o relato científico (cf. Van Dijk, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, entre outros). Já nessa época, bem como no início da década de 1980, passa a dedicar-se, parcialmente em co-autoria com Walter Kintsch (Van Dijk & Kintsch, 1983), ao estudo das estratégias de processamento textual, buscando construir um modelo de compreensão do discurso. (KOCH, 1997, p. 73)
SIEGFRIED J. SCHMIDT	é qualquer expressão de um conjunto lingüístico em um ato mais global de comunicação - isto é, em um "jogo de atuação comunicativa" - tematicamente orientado e preenchendo uma função locucionária reconhecível. (KOCH, 1997, p. 71)
BEAUGRANDE &	Procedem ao levantamento do que denominam critérios ou padrões de textualidade, que, segundo eles, seriam:

DRESSLER	coesão e coerência (centrados no texto); informatividade, situacionalidade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade (centrados no usuário). (KOCH, 1997, p. 72)
INGEDORE KOCH	Pode-se conceituar o texto como uma manifestação verbal constituída de elementos lingüísticos selecionados e ordenados pelos falantes, durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a depreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais (Koch, 1992).

Fonte: Elaborado pela autora. Dados da pesquisa 2016.

Conforme o quadro acima é possível perceber que existe um ponto de ligação comum entre eles, o texto é então uma manifestação linguística que formaliza os sentidos e possui numa lógica, situacional, intencional, intertextual uma atuação sócio-cognitiva. O texto é, portanto, um fenômeno racional e social passível de análise e estudo.

2.4 Gêneros textuais

Gêneros textuais referem-se a unidades textuais baseadas em suas estruturas de conteúdos. Para Luiz Antônio Marcuschi, um dos principais linguistas brasileiros a abordar os tipos e gêneros textuais, os gêneros textuais não são estruturas rígidas, e não se confundem com tipos textuais e são mais limitados em si como por exemplo a narração, a argumentação, a exposição, a descrição e a injunção (MARSUSCHI, 2002).

O autor além de estabelecer as diferenças entre tipos e gêneros textuais também define e traceja as especificidades de cada um deles, para o âmbito deste trabalho e devido a objetividade destacaremos apenas os aspectos que se referem ao gênero textual. Constituem-se, portanto, em:

1. Realizações lingüísticas concretas definidas por propriedades sócio-comunicativas;
2. Constituem textos empiricamente realizados cumprindo funções em situações comunicativas;
3. Sua nomeação abrange um conjunto aberto e praticamente ilimitado de designações concretas determinadas pelo canal, estilo, conteúdo, composição e função;
4. Exemplos de gêneros: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, aula expositiva, reunião de condomínio, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversa espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo virtual, aulas virtuais etc. (MATUSCHI, 2002, p.23).

Os gêneros textuais são estruturas mais flexíveis. São determinados pelo conteúdo da comunicação. Dentro da categoria dos gêneros textuais é possível encontrar vários tipos textuais em um único gênero textual. Por exemplo, é possível notar na bula de um remédio (gênero) a descrição (tipo textual) de cada substância que compõe a fórmula daquele medicamento bem como a posologia, a exposição (tipo textual) das possíveis reações adversas.

Portanto, o gênero textual utiliza de diversos elementos lingüísticos e gramaticais para composição e estruturação dos textos. A estas estruturas se analisará e discorrerá no tópico posterior.

2.5 Análise de textos técnico-científicos

No âmbito da Linguística Textual analisam-se autores como Koch (2015), e Fávero e Koch (2012), pois são considerados textos fundamentais na abordagem deste assunto. Por este intermédio se traçará como se deu a constituição e o percurso teórico e conceitual da análise do texto e seus elementos essenciais para as análises que serão feitas dos planos de classificação e dos instrumentos de descrição das instituições selecionadas.

A construção do sentido textual engloba diversos elementos essenciais, necessários à compreensão semântica do texto. Com relação a isso as autoras

elencam os elementos enunciados por Beugrande & Dressler (1981), conforme apresentação no quadro:

Quadro 3 - Princípios de Construção Textual de Sentido

ELEMENTO CONSTITUINTE	CONCEITO
COESÃO TEXTUAL	A forma como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se interligam se interconectam, por meio de recursos também linguísticos, de modo a formar um “tecido” (tessitura), uma unidade de nível superior à da frase, que dela difere qualitativamente. (KOCH, 2015, p. 45)
COERÊNCIA	Diz respeito ao modo como os elementos subjacentes à superfície textual entram numa configuração veiculadora de sentidos. (KOCH, 2015, p. 49)
SITUACIONALIDADE	<p>Pode ser considerada em duas direções: da situação para o texto e vice-versa.</p> <p>No primeiro sentido, a situacionalidade refere-se ao conjunto de fatores que tornam um texto relevante para a situação comunicativa em curso ou passível de ser reconstituída. Trata-se, neste caso, de determinar em que medida a situação comunicativa, tanto o contexto imediato de situação como o entorno sócio-político-cultural em que a interação está inserida, interfere na produção/recepção do texto, determinando escolhas em termos, por exemplo, de grau de formalidade, regras de polidez, variedade linguística a ser empregada, tratamento a ser dado ao tema etc.</p> <p>No segundo sentido, é preciso lembrar que o texto tem reflexos importantes sobre a situação, visto que o mundo textual não é jamais idêntico ao mundo real. Ao constituir um texto, o produtor reconstrói o mundo de acordo com suas experiências, seus objetivos, propósitos, convicções, crenças, isto é, seu modo de ver o mundo. O interlocutor, por sua vez, interpreta o texto de conformidade com seus propósitos, convicções e perspectivas. Há sempre uma <i>mediação</i> entre o mundo real e o mundo construído pelo texto. (KOCH, 2015, p. 49)</p>
INFORMATIVIDADE	A informatividade diz respeito, por um lado, à distribuição da informação no texto, e, por outro, ao grau de previsibilidade/redundância com que a informação nele contida é veiculada.

	<p>Quanto à distribuição da informação, é preciso que haja um equilíbrio entre a informação dada e a informação nova.[...]</p> <p>Quanto ao grau de previsibilidade ou expectabilidade da informação, um texto será tanto menos informativo quanto mais previsível (redundante) for a informação que trás. Há, portanto, graus de informatividade: um texto cuja informação seja toda apresentada da forma mais previsível terá baixo grau de informatividade; se a informação for introduzida, pelo menos em parte, de forma menos esperada, menos previsível, haverá um grau médio de informatividade; e, se toda informação for apresentada de maneira imprevisível, o texto terá um grau máximo de informatividade e exigirá um grande esforço de processamento, podendo assim, à primeira vista, parecer pouco coerente. (KOCH, 2015, p. 50)</p>
<p>INTERTEXTUALIDADE</p>	<p>Compreende as diversas maneiras pelas quais a produção/recepção de um dado texto depende do conhecimento de outros textos por parte dos interlocutores ,ou seja, dos diversos tipos de relação que um texto mantém com outros textos. (KOCH, 2015, p. 51)</p>
<p>INTENCIONALIDADE</p>	<p>Refere-se aos diversos modos como os sujeitos usam textos para perseguir e realizar suas intenções comunicativas, mobilizando, para tanto, os recursos adequados à concretização dos objetivos visados; em sentido restrito, refere-se à intenção do locutor de produzir uma manifestação linguística coesa e coerente, ainda que essa intenção nem sempre se realize integralmente [...]. (KOCH, 2015, p. 51)</p>
<p>ACEITABILIDADE</p>	<p>É a contraparte da intencionalidade. Refere-se à concordância do parceiro em entrar num “jogo de atuação comunicativa” e agir de acordo com suas regras, fazendo o possível para levá-lo a um bom termo, visto que, como postula Grice (1975), a comunicação humana é regida pelo Princípio de Cooperação. Em sentido restrito, refere-se à atitude de interlocutores de aceitarem a manifestação linguística do parceiro como um texto coeso e coerente, que tenha para eles alguma relevância. Deste modo, mesmo que o texto tenha incoerências locais ou pareça a princípio incoerente, o leitor/ouvinte fará o possível para atribuir-lhe um sentido. (KOCH, 2015, p. 51)</p>

Fonte: Elaborado pela autora. Dados da pesquisa 2016.

Os elementos textuais apresentados por Beaugrande e Dressler acima referem-se ao texto e aos usuários deste. No entanto há elementos essenciais que não foram apresentados por estes autores, como evidencia Koch (2015), são eles: Fatores de Contextualização; Consistência e Relevância e Focalização, conceituados por diversos autores. Seguem suas respectivas definições:

Quadro 4 - Outros Elementos Constituintes da Coerência e Coesão Textual.

CRITÉRIOS	DEFINIÇÕES
FATORES DE CONTEXTUALIZAÇÃO	Para Maruschi (1983) é preciso que se inclua este fator pelo fato de ancorar o texto nas situações de comunicação. Dos quais propõe dois subtipos: os contextualizadores propriamente ditos (data, local, assinatura, timbre, em documentos oficiais, diagramação, localização na página ou em cadernos, em se tratando de textos jornalísticos, recursos gráficos em geral); e prospectivos, que permitem avançar expectativas sobre o texto (título, nome do autor, início do texto). Esses elementos são, muitas vezes, decisivos para a interpretação (KOCH, 2015, p. 52).
CONSISTÊNCIA E RELEVÂNCIA	Apresentado por Giora (1985) compreende que a condição de consistência exige que todos os enunciados de um texto possam ser verdadeiros, isto é, não contraditórios dentro de um mesmo mundo ou dentro dos diversos mundos representados num texto. O critério da relevância exige que o conjunto de enunciados que compõem o texto seja relevante para um mesmo tópico discursivo, isto é, que os enunciados sejam interpretáveis como predicando algo sobre um mesmo tema. Assim, a relevância não se dá linearmente entre pares de enunciados, mas entre conjuntos de enunciados e um tópico discursivo (KOCH, 2015, p. 53).
FOCALIZAÇÃO	Koch e Travaglia (1989) acrescentam este critério com base nos estudos de Grosz (1981) na área de Inteligência Artificial, que se refere à concentração de usuários, no

	<p>momento da interação verbal, em apenas uma parte de seu conhecimento, bem como a perspectiva sob a qual são vistos os componentes do mundo textual. Diferenças de focalização podem causar problemas sérios de interincompreensão. Dependendo da focalização um mesmo texto pode ser lido (ou construído) de formas inteiramente diferentes. A focalização permite determinar, também, o significado, no texto, de palavras homônimas e polissêmicas, bem como o uso adequado de certos elementos linguísticos de valor dêitico, como é o caso dos verbos ir e vir, cujo emprego depende da direção do movimento focalizado. A focalização é, ainda, responsável pela escolha de descrições ou expressões nominais, na construção/reconstrução de referentes textuais. (KOCH, 2015, p. 53)</p>
--	---

Fonte: Elaborado pela autora. Dados da pesquisa 2016.

A partir desses elementos desenvolve-se uma base sólida e consistente de análise textual, com direção específica à coesão e coerência textual, elementos estes fundamentais na constituição da semântica do texto.

2.6 Análise dos instrumentos de pesquisa: procedimentos metodológicos

O método da pesquisa caracteriza-se por ser um estudo exploratório, teórico e documental, tendo a Semântica Textual como uma metodologia de análise para a compreensão dos caminhos da Representação Arquivística por meio dos planos de classificação e instrumentos de pesquisa das instituições analisadas.

A aplicação da Semântica aos produtos da representação, a saber, os catálogos das instituições estudadas, visa subsidiar metodologicamente a discussão a respeito da criação do modelo ideal de ensino em Representação Arquivística.

Como procedimentos adotados para analisar os catálogos de descrição do Arquivo Público do Estado do Pará e do Arquivo Nacional serão aplicados os elementos definidos no tópico anterior.

A análise se dará de maneira prática e sucinta, desse modo, cumprindo o objetivo para o qual se propôs esta pesquisa. Destacando os critérios de

contextualização dos instrumentos, de consistência, relevância, focalização, ou seja, todos os requisitos destacados no quadro acima, buscando a existência ou não destes elementos.

3 REPRESENTAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A representação da informação indica a evidência de uma informação. E toda atividade de representar só é passível de execução no estado da informação-como-coisa¹. A CI e Arquivística, apoiam-se nos recursos de síntese e resumo da informação para representá-las. Transformam bibliotecas e extensos arquivos em curtas e sucintas narrações de seus respectivos acervos, evidentemente, não objetivam transcrever na totalidade as informações, antes facilitar o uso e acesso à informação.

Para tanto CI e Arquivística utilizam respectivamente da Análise Documentária e Descrição Arquivística. Seguidamente discorre-se sobre os aspectos inerentes a estas modalidades de representação.

O aspecto referente ao tratamento/organização é chamado de Análise Documentária, conforme Guimarães (2003). A análise busca compreender o documento fazendo divisões em seus respectivos elementos constituintes, de modo a inferir com profundidade seu todo. Pode-se conceituar análise documentária, segundo Gardin da seguinte maneira:

Toda operação ou grupo de operações que buscam a representação de um documento sob uma forma distinta da original, seja por tradução, resumo ou a indexação, de modo a facilitar a recuperação por especialistas interessados. (GARDIM et al, 1981, p.29 apud GUIMARÃES, 2003, p.101).

Ainda para esclarecer, Pinto e Galvez (1996, p.31, apud, Guimarães, 2003, p. 102) são bem sucintos e objetivos ao enunciar que a análise documentária é o “processo duplo de identificação e representação do texto”.

Processos como identificação, extração e representação da informação, estão visivelmente expressos nas citadas definições. A análise documentária requer do analista (bibliotecário/documentalista/arquivista) que ele detenha uma boa base de conhecimento acerca de Linguística.

¹ Para compreender o conceito de informação, de acordo com a Ciência da Informação, Buckland (1991, p. 1) apresenta sua definição em três fases/partes, a saber: Informação-como-processo “Quando alguém é informado, aquilo de que conhece é modificado. Nesse sentido “informação” é o “ato de informar” [...]” (BUCKLAND, 1992, p. 351). Informação neste contexto envolve a comunicação. Está atrelada a ação de falar, e ocorre durante o percurso desse processo. Informação-como-conhecimento, é o resultado que se obteve na informação-como-processo, consiste na inferência da informação comunicada. Informação-como-coisa consiste no objeto por meio do qual se pode registrar e obter informação (BARROS; MARTINS, 2015, p. 10).

A análise documentária pode ser feita de maneira *formal* ou com base no *conteúdo*, a primeira centra-se em aspectos externos ao documento, visa estabelecer parâmetros facilitadores de sua identificação e, portanto, localização a exemplo dos catálogos que visam dar conhecimento referente à composição do acervo/fundo. Aspecto este que desponta para a natureza descritiva da análise sendo expresso nos instrumentos de pesquisa.

A segunda, também denominada de tratamento temático da informação, ocupa-se da condensação e da linguagem documental descritiva, por meio dos quais produzirá índices, isto é, lista de termos semânticos, destinados à recuperação e seleção das informações. (GUIMARÃES, 2003).

A análise documentária, em suma, é interpretada como uma fase intermediária no ciclo informacional, que tem como objetivo estabelecer uma relação de diálogo entre produtor e usuário da informação, favorecer a difusão da informação e a produção de instrumentos de pesquisa documentais.

A Linguística se relaciona com a Ciência da Informação a medida em que analisa os elementos que constituem o texto. Na Morfologia, especificamente, esta relação é mais estreita e refinada, pois esta analisa o termo, a palavra em si, não se centra em relações externas e contextuais, mas sim na menor unidade de significado, o morfema. Desse modo auxilia na atribuição e termos, servindo de pressuposto metodológico para a terminologia da área em especial por facilitar a recuperação da informação nos sistemas automatizados.

Ambas as disciplinas, Linguística e Ciência da Informação, se entrelaçam a medida que uma subsidia a outra para o desempenho de suas fundamentais funções, como relata Mendonça (2000).

A contribuição da linguística, via linguagem, e a função social da ciência da informação, via comunicação, fornecem uma das questões prioritárias no meio documental neste final de século. Foucault diz que “a existência da linguagem é soberana, pois que as palavras receberam a tarefa e o poder de representar o pensamento”. Pensamento representado pela extensão do vocabulário e pela fertilidade de seus elementos na qual se incluem dois modos operantes: o fixo, em que a palavra é a base da construção limitada, restrita, e o flexível, em que as palavras têm múltiplas definições e são dotadas de combinações associativas, segundo Moles (MENDONÇA, 2000, p. 50).

Em suma, linguagem e comunicação estão interligadas estando intrinsecamente relacionadas e às tecnologias de armazenamento e registro de informações, representando e servindo a sociedade da informação de modo geral.

3.1 Representação Arquivística: percurso histórico-conceitual

Para fins de embasamento teórico para a teoria Arquivística da representação fixa-se em autores que representam o pioneirismo quanto a abordagem da representação na Arquivística brasileira, dentre eles destacam-se os trabalhos de Natália Tognoli (2012) onde a autora faz uma abordagem sobre a descrição arquivística em face das mudanças e propostas de uma abordagem pós-moderna da disciplina que analisa o conceito de fundo e o princípio da proveniência como norteadores conceituais, Thiago Barros (2010; 2014) em sua tese onde percorre as fases históricas e conceituais da disciplina arquivística dando enfoque a atividade de Classificação e Descrição analisando-as sob os contextos nacional e internacional. E complementa-se esta análise com a contribuição do trabalho de Flavia Leão (2006) considerando-o como crucial na abordagem do tema na arquivística brasileira.

E ainda analisa o “Towards and international conceptual model for archival description” (Para um modelo conceitual internacional de Descrição arquivística), trabalho resultante de pesquisa realizada pelo Grupo de Especialistas em descrição Arquivística (GEDA) do Conselho Internacional de Arquivos, o qual foi encarregado de desenvolver um modelo conceitual para descrição arquivística que reconciliasse e integrasse as quatro normas do CIA. Em virtude da missão dada ao GEDA e do objetivo ao qual se propõe esta pesquisa, vê-se a possibilidade de desempenhar um trabalho em consonância referente à Representação Arquivística.

Ao longo da história dos documentos, e desde que surgiram os arquivos, as funções referentes à organização e ao tratamento documental são exercidas especialmente no contexto das administrações públicas.

A descrição esteve presente sob diversas formas as quais consistiam ou na íntegra transcrição do documento (cópias), a fim de se preservar o original, ou na elaboração de inventários, guias e catálogos elementos que representavam de forma sucinta o acervo e a documentação.

Estes instrumentos passaram a ser orientados, a partir do século XIX, por manuais e princípios, a exemplo do Manual de Arranjo e descrição de arquivos cunhado pelos arquivistas holandeses em 1889, do princípio da respeito aos fundos atribuído ao historiador francês Natalis de Wally instaurado por meio de uma circular em 1841, e no século seguinte por meio do livro de Hillary Jenkison sob o título: *A manual of archive administration: including the problems of war archives and archive making* (BARROS, 2014).

Arguin, destaca que “a publicação de manuais representa uma etapa na constituição de uma disciplina científica” *et al* (Rousseau e Couture 1998, p. 53). Com isto pode-se inferir que com a aquisição do status de disciplina os preceitos práticos, teóricos e metodológicos da Arquivística difundiram-se e adquiriram consistência no ambiente acadêmico proporcionada pela pesquisa, em especial, e consequentemente por meio de suas publicações.

O “pensar sobre” na Arquivística é crucial, a análise das relações interdisciplinares, das convenções, da formação do profissional de arquivo, da sua função administrativa, cultural e social dentre outras. Das citadas destaca-se o papel social dos arquivos e arquivistas, pois aquele deve ser resposta às questões da sociedade e este o que proporciona o conhecimento destas informações/respostas.

As concepções e transformações ocorridas na Arquivística em grande parte são reflexos do contexto social e político em que se viveu (e vive). Por exemplo, as legislações criadas a partir dos governos democráticos instauram a transparência das atividades administrativas, judiciais e legislativas e, por conseguinte, possibilitam o acesso aos registros. (ROUSSEAU e COUTURE, 1998).

Na arquivística estas mudanças são perceptíveis por caracterizarem períodos considerados renovadores, seja na prática ou teoria arquivística, como a revisão de princípios, a concepção do objeto de estudo e a adaptação de seus métodos às tecnologias emergentes e a abertura dos espaços de arquivos de modo mais abrangente à sociedade.

Sobre estas mudanças Tognoli (2012, p.82) destaca que “uma mudança de paradigma é anunciada na Arquivística quando Hugh Taylor admite a obsolescência dos princípios e métodos arquivísticos promulgados no século anterior, caracterizando o final do século XX como um período de revolução científica...” isto significa uma profunda reformulação na estrutura teórica e metodologia na arquivística, que para o contexto já não correspondia de forma satisfatória.

Inclusive quando se percebe a aproximação dos arquivistas e da Arquivística às relações interdisciplinares com a Ciência da Informação e Teoria da Informação, como no caso dos trabalhos de Fonseca (2005) e Taylor (1984).

Deste modo as normas de descrição arquivística são um dos possíveis resultados destas transformações à medida foram pensadas para refletirem todo o processo da produção documental, desde a criação à guarda permanente. A partir de quando discutidas, em meados da década de 1980 e promulgadas nos anos de 1990-2000 passam a ser um dos principais meios de representação em arquivos seja em âmbito analógico ou digital, especialmente nos países que não possuíam iniciativas nacionais de normalização.

No contexto brasileiro as normas de descrição chegaram um pouco depois. Apenas após a participação do Brasil na revisão da 2ª edição da ISAD(G). Na qual tinha como tarefa primordial “traduzir a norma e divulgá-la o mais amplamente possível. O Arquivo Nacional assumiu essa tarefa e no início de 1998 publicou a primeira edição brasileira das normas internacionais ISAD(G) e ISAAR (CPF)” (CONARQ, 2006, p. 8).

Sobre isto Lopes elenca uma série de fatores que considera terem sido influenciados positivamente em virtude de se ter um parâmetro, em âmbito internacional, pelo qual se guiar, como se vê:

Os arquivistas ganharam, com estas normas, um importante instrumento para o seu trabalho. Não precisam mais optar entre as variáveis idiomáticas. Agora, dispõem de regras internacionais, tal como os bibliotecários, os médicos, os biólogos. O avanço das normalizações, quiçá em outras áreas, contribuirá para quem deseja uma arquivística teórica e prática, uma ciência social aplicada, como qualquer outra (LOPES, 2013, p. 299).

Esta consolidação metodológica da Arquivística em grande parte é fruto da corrente integradora enunciada nos anos 1980 por Rousseau e Couture onde as funções arquivísticas: classificação e descrição passam a ser compreendidas como fases de um processo, uma associação, um trabalho contínuo e interligado. Isto fica entendido quando os autores refletem sobre a informação e seu contexto de produção:

A produção de informações orgânicas registradas dá origem aos arquivos do organismo. Sob esta designação são agrupados todos

os documentos, seja qual for o seu suporte e idade, produzidos e recebidos pelo organismo no exercício das suas funções. (RUSSEAU, COUTURE, 1998, p. 65)

Rousseau e Couture indicam que focar no documento é algo muito generalizado (constatação bastante presente na Arquivística dos manuais) e que, portanto, esse valor - informação orgânica - seria obtido através da informação que aquele documento tivesse daí então, aparecem termos como informação orgânica e não orgânica.

A representação arquivística, conforme Lopes (2013) visa dentre outras coisas olhar a informação desde suas primeiras fases perpassando pela avaliação, classificação, e finalmente e de modo mais profundo e específico nos arquivos permanentes com a descrição.

A dinamicidade do processo informacional vai além da simples análise do documento pressupõe um estudo, uma pesquisa. “A conexão entre o documento e seu contexto é um processo intelectual que é materializado por meio dos instrumentos de pesquisa resultados dos processos de representação do conhecimento arquivístico e entendidos como uma ponte entre o usuário e o documento” (TOGNOLI, 2012, p.89).

Portanto, o processo de representação é muito mais complexo e amplo do que faz se parecer, especialmente, quando se reflete, além da visão unilateral dos produtos do processo no caso, planos de classificação e instrumentos de pesquisa. Nesta perceptiva integradora se reconhece a representação descritiva como um processo contínuo e mutável, passível de mudanças, acréscimos e alterações especialmente porque a informação é dinâmica, em relação a sua natureza e seu uso, por ser reflexo do contexto social em que se insere e expressa o qual vive em constante ressignificação.

Este aspecto vai de encontro ao arranjo e descrição moderno que compreende tanto o arquivista quanto o documento, elementos estáticos e neutros. Estas características não amparam mais a representação contemporânea por não compreenderem a informação orgânica como compreende-se acima.

Buscou-se delimitar aqui o campo teórico de atuação da representação arquivística a fim de buscá-la no e mentário voltado para as temáticas trabalhadas.

3.2 Classificação Arquivística: percurso histórico e definições

A Classificação Arquivística consiste na atividade intelectual de organizar os documentos de arquivo com base na estrutura ou função da administração produtora dos documentos. Objetiva, por meio da atribuição de códigos, representar todo o contexto orgânico que influencia a produção documental de uma organização administrativa no desenvolvimento de suas atividades (SOUSA, 2006).

Ela está inserida na base constituinte da arquivística enquanto disciplina científica, e por esta razão é uma das primeiras funções que serão objetos de estudo e pesquisa no campo. Isto é notório nos princípios que a norteiam, em especial o princípio da proveniência, também designado, *respect des fonds* (SOUSA, 2006).

Esse princípio foi constituído na Europa do século XIX por influencia do historiador francês Natalis de Wailly, então chefe da secção Administrativa dos Arquivos Departamentais do Ministério do Interior, por meio da edição de uma circular e tinha como pressuposto dar orientação quanto a organização dos documentos nos arquivos, segundo este documentos provenientes de uma determinada instituição ou pessoa deveria ser arquivado sem serem misturados a outros de origem diversa (Rousseau; Couture, 1998)

O conceito de *fundo de arquivo* é resultado deste princípio e está intimamente ligado, ao que aproximadamente meio século depois foi postulado, pelo norte-americano, Theodore Roosevelt Schellenberg, a gestão de documentos, sendo, portanto, a primeira e essencial condição para ao início de qualquer trabalho arquivístico em um grupo de documentos.

Ele recebe análise de diversos autores da área. Faremos uma análise de autores que o abordam sob a ótica da Classificação Arquivística.

Para Tognoli (2012, p. 81) o princípio “é considerado o norteador dos processos de representação na Arquivística e, talvez, o método mais seguro de preservar a integridade dos conjuntos documentais produzidos por uma pessoa ou instituição” tendo em vista a dificuldade, ou impossibilidade, de classificar ou descrever, ou seja, estabelecer uma relação em uma documentação desmembrada.

Segundo a autora “devido a importância atribuída à sua comprovada efetividade, o princípio foi rapidamente adotado por outros países, que incorporaram às suas práticas e teoria a classificação por fundos [...]” isso não só respalda o que anteriormente foi dito, como também revela muito acerca da classificação em sua fase inicial.

Os autores Rousseau e Couture (1998, p. 80) ao fazerem suas considerações sobre as propostas contidas no princípio ressaltam que “Natalis de Wailly acabava, com estas propostas, de dar uma personalidade disciplinar própria aos arquivos, que permitia evitar os graves erros que se cometiam desde há muito com a organização de arquivos por assunto, por tema ou por outro qualquer fator” esta fala dos autores revela muito da “classificação” até então atribuída aos documentos, a qual se dava pelo tema dos documentos causando uma profunda dissociação entre os documentos e o organismo produtor.

A Classificação Arquivística é uma função motora na prática e teoria Arquivística. Recebeu impulso no Brasil a partir da tradução dos livros de um de seus maiores precursores, o norte americano, Theodore R. Schellenberg.

O autor é pioneiro em propor os princípios para a classificação, e estabelecer os elementos essenciais à classificação, a saber – função, organização e assunto – e a partir do estudo da organização/instituição baseado nesses elementos poder escolher o método de classificação mais adequado, que segundo o autor são três: classificação funcional, organizacional e por assunto.

3.3 Descrição Arquivística

A descrição arquivística, por sua vez, juntamente com a avaliação e classificação, são funções cruciais para a organização dos arquivos. Tratam-se das principais metodologias de difusão e acesso à informação, em que consiste a Representação em Arquivos. Para garantir o acesso às informações contidas nos documentos de arquivo (transformar informação em conhecimento) utiliza-se da elaboração de instrumentos de pesquisa, os quais tornam possível sua fundamental função, representar para localizar e proporcionar o acesso aos documentos (BARROS; MARTINS, 2015).

Portanto, a Descrição visa explicar os documentos e serve para tornar possível a compreensão do acervo/fundo arquivístico, de sua origem, do seu contexto e proveniência, de seu método de arquivamento, de sua forma e conteúdo, da relação orgânica com outros documentos.

Relacionando às outras atividades arquivísticas, descrição assim como a classificação e arranjo foram as primeiras funções a serem conceituadas na teoria arquivística, portanto, o século XIX marca o início da atividade Descritiva Arquivística. Nessa época descrever consistia básica e estritamente no significado do termo *describere*, isto é, em transcrever o conteúdo dos documentos (copiá-los) e também traduzi-los (DURANTI, 1994).

Todavia, mudanças sociais trouxeram à descrição novos significados, como, por exemplo, a de se tornar um elo entre o arquivista e a sociedade interessada em ter acesso à sua história.

A atividade de descrever além de proporcionar acesso, garantiria a preservação dos documentos. O arquivista para desenvolver as atividades de descrição fazia uso de conhecimentos oriundos, basicamente, de duas áreas correlatas do conhecimento, a paleografia e a diplomática, as quais o auxiliavam na leitura e transcrição dos documentos. Descrever significava representar, identificar e organizar, após esses procedimentos registrava-se as informações em instrumentos de pesquisa.

No contexto Revolução Francesa, aos arquivos eram compreendidos como tesouros, como forma de controle, manutenção e legitimação de poder, como acontecia nas Monarquias Absolutistas. A compilação e preservação feitas nesse período serviriam para garantir a “memória perpétua”, isto é, como provas autênticas e permanentes de ações passadas. Descrição e arranjo, nesse período, sofreram consideráveis mudanças devido ao desenvolvimento da história científica e ao aumento de uso dos arquivos para fins culturais e de pesquisa (ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

Paralelamente à Revolução francesa ocorre, também, a criação no Arquivo Nacional Francês e das Escolas Diplomáticas. A partir daí, aqueles documentos tidos como objeto de poder, passam a servir para pesquisa histórica. No entanto, a classificação feita por assunto, acarretou em perdas quanto ao contexto de produção, os desmembramentos de fundos, e a união de peças documentais às outras com as quais não havia a menor relação (ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

Nesse momento as escolas diplomáticas passaram a buscar estabelecer parâmetros que auxiliassem na organização dos documentos. Originando-se o *conceito de fundo*. No entanto percebeu-se a impossibilidade de rearranjar fisicamente os documentos, sendo a descrição usada como um meio de mostrar a ordem original dos documentos. Esse trabalho era representado através listas de localização e índices (LEÃO, 2006).

A partir do século XX, pensou-se que, quando novos documentos passassem a ser transferidos aos arquivos, segundo os princípios de respeito aos fundos e à ordem original, a descrição serviria, novamente, apenas para a elaboração de instrumentos de pesquisa. Mas não foi o que houve, e isso por dois motivos: os arquivistas passaram a lidar com fundos abertos e volumosos e o público em geral, ao invés de somente o criador e alguns acadêmicos terem acesso, também começou a fazer uso do material arquivístico. O que proporcionou um significativo desenvolvimento no conceito de descrição, atribuindo-lhe maior importância (TOGNOLI, 2012).

Na década de 1980 as atividades de descrição e arranjo, passam a ser associadas começando então um processo de representação. Agregando à descrição características de uma atividade não apenas de controle, mas de acesso. Quando trabalhos em prol da normalização começarão a surgir. Atribuindo, deste modo, mais parâmetros à Arquivística, conforme ressalta Barros (2014):

A descrição é uma função fundamental para a metodologia de tratamento dos arquivos. Não à toa, em sua perspectiva moderna, essa será a primeira função a ser normalizada. A normalização da descrição significa, em uma perspectiva do discurso positivo, um passo à frente rumo a sua cientificidade e à caracterização da Arquivística enquanto uma disciplina do saber. (BARROS, 2014, p. 182).

Os processos de produção e gestão de documentos arquivístico irão, a partir dos anos de 1990, tomar o palco central no que se refere às funções arquivísticas, e a classificação, que já era chave na metodologia de tratamento dos arquivos torna-se ainda mais importante.

Nesta perspectiva, a Arquivística, assim como a Ciência da Informação, irá desenvolver uma série de normas para as funções arquivística, as normas ISO/TR 15489 e correlatas para a classificação e gestão documental e as normas de

descrição arquivística ISAD(G)1999, ISAAR (CPF) 1996, ISDIAH 2008, ISDF 2007 e a NOBRADE 2006.

Portanto, percebe-se que existe uma relação interdisciplinar profunda entre a Ciência da Informação e a Arquivística pois esta disponibiliza àqueles instrumentos norteadores para controle, organização e representação da informação.

4 ANÁLISE DAS PRÁTICAS EM REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA NO CONTEXTO BRASILEIRO: Arquivo Nacional e Arquivo Público do Estado do Pará

Para fins desta análise e aplicação prática da teoria linguística e arquivística apresentadas, selecionou-se estas duas instituições arquivísticas por se tratarem das principais referenciais em âmbito nacional e estadual de prática arquivística, fundamentais por meio do projeto de pesquisa maior e do fato de tratarem-se de instituições em instâncias diferentes, estabelecendo assim um universo representativo de análise.

Foram selecionados dois catálogos de cada uma destas. Do Arquivo Nacional os catálogos referentes aos seguintes fundos:

- Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES (Catálogos de Filmes) e;
- Apolônio de Carvalho (Catálogos de documentos sonoros)

No Arquivo Público do Estado do Pará as correspondentes à;

- Secretaria da Capitania (Catálogo de Documentos Manuscritos – Período Colonial 1649 – 1823), e, ainda o:
- Ministério da Aeronáutica (Catálogo).

Os catálogos são considerados um dos principais e mais antigos instrumentos de pesquisa no âmbito dos arquivos. Ainda hoje são produzidos e em muitos deles já se encontra em seu conteúdo estrutura baseada no formato das normalizações arquivísticas, especialmente ISAD (G) e NOBRADE (Norma Brasileira de descrição Arquivística) como é o caso dos catálogos encontrados no Arquivo Nacional.

Para tanto faz-se necessário buscar a definição de catálogo. De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística consiste em:

Instrumento de pesquisa organizado segundo critérios temáticos, cronológicos, onomásticos ou toponímicos, reunindo a descrição individualizada de documentos pertencentes a um ou mais fundos, de forma sumária ou analítica. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.45)

Os catálogos e a descrição das séries são desde os primórdios da organização de arquivos os instrumentos mais utilizados nas instituições arquivísticas. Assim, sua análise torna-se fundamental e representativa no estudo proposto.

Os catálogos referentes a esta análise são organizados temática e cronologicamente cada um corresponde a um fundo e específico, sendo um destes de natureza pessoal, o de Apolônio de Carvalho, e, os demais de instituições públicas brasileiras que se encontram custodiados pelos respectivos arquivos, Nacional e Estadual do Pará.

4.1 Análise dos Catálogos do Arquivo Nacional: Instituto de pesquisas e estudos sociais e Apolônio de Carvalho

Quadro 5 – Análise textual do Catálogo de Filmes do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES.

Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES (Catálogos de Filmes)	
Coessão Textual	Há remissão e referencia quanto ao assunto tratado o que garante a sequência do sentido no texto.
Coerência	As ideias estão estruturadas de maneira lógica no corpo do texto.
Situacionalidade	Da Situação para o texto: a produção do acervo é diretamente influenciada pela situação contemporânea à época e se faz relevante a medida que faz ser conhecida a partir da representação descritiva, apresentada no catálogo, o conhecimento social-político e cultural de uma época, e, se trata da representação textual de acervos filmográficos e iconográficos que registra a sua principal função que “era integrar os diversos movimentos sociais de direita para criar as bases de uma oposição que pudesse deter o “avanço do comunismo soviético no Ocidente”. Dessa forma, o Instituto promoveu intensa campanha antigovernamental. Associando as propostas do governo ao comunismo, o IPES utilizou os mais diversos meios de comunicação na defesa da democracia e da livre iniciativa. Publicou artigos nos principais jornais do país; produziu uma série de 14 filmes de "doutrinação democrática", apresentados em todo o país; financiou cursos, seminários, conferências públicas; publicou e distribuiu inúmeros livros, folhetos e panfletos anticomunistas, dentre os quais UNE, instrumento de subversão, de Sônia Seganfredo, dirigido aos estudantes universitários, então considerados como um dos pilares da

	<p>infiltração comunista[...]” (ARQUIVO NACIONAL, 2012, p.6).</p> <p>É um texto extremamente formal e com uma variedade linguística não variada por conta de seu contexto mais especificamente político e suas ações em torno disso.</p> <p>Do texto para a situação: levando em consideração os aspectos mediadores presentes tanto na produção quanto na inferência de um texto, percebeu-se que a descrição procurou manter-se isenta de aspectos pessoais embora não represente de modo tão real quanto o foi no período em que ocorreu. Procura mediar assim as informações sendo concisa especialmente nos campos “conteúdo” e “indexação”.</p>
Informatividade	<p>Distribuição da informação: Apresenta informações novas referente a IPES e o conteúdo do acervo associando e contextualizando com informações referentes a acontecimentos contemporâneos à época tanto em âmbito nacional quanto internacional. Combina em sua estrutura os movimentos de retroação e progressão, fazendo referencia à informações já dadas para a progressão do sentido textual.</p> <p>Grau de Previsibilidade/Expectabilidade da Informação: sendo este elemento mais comum na linguagem poética e metafórica, pela imprevisibilidade do enredo e por procurar superar ou ao menos preencher as expectativas, não se espera que um Instrumento de Descrição Arquivística não seja previsível ou não supra a expectativa do usuário, em verdade, esse é o objetivo. Nesse sentido não se pode considerá-lo menos informativo porque, simplesmente, sua forma não se enquadra na poesia e nem na</p>

	metáfora.
Intertextualidade	É possível a inferir o sentido do texto sem a necessidade de leitura prévia de outros textos. O texto conseguiu fazer compreensível seu sentido. Este aspecto não é comum neste tipo de texto, embora o seja nos demais textos descritivos que não os arquivísticos. É o que se observa nos instrumentos e normas.
Intencionalidade	Um texto de descrição documental é extremamente intencional. Sua principal função é realizar a ação de informar/comunicar. Este aspecto, portanto, é encontrado neste texto.
Aceitabilidade	O sentido do texto justifica sua aceitabilidade. Compreende-se que se não houvesse coerência e coesão seria inaplicável a aceitabilidade por se tratar de um instrumento informativo, sendo assim, o Princípio de Cooperação de Grice (1975) é inviável de postular entre o texto e o leitor/usuário em caso de incoerências. Portanto, não aplicável em textos descritivos arquivísticos.
Fatores de Contextualização	Fator evidenciado em cada elemento de descrição do Catálogo. A exemplo da datação, tema, local, proveniência, dentre outros.
Consistência e Relevância	Considera-o consistente por não haver contradição no texto, e, desse modo, se faz verdadeiro. A relevância se dá por nas descrições dos vídeos se fazerem presentes a temática relacionada às funções da IPES.
Focalização	Não se aplica.

Fonte: Elaborado pela autora. Dados da pesquisa 2016.

Quadro 6 – Análise textual do Catálogo de Documentos Sonoros de Apolônio de Carvalho
Apolônio de Carvalho (Catálogo de Documentos Sonoros)

Coesão Textual	É contínuo o sentido do texto, há remissão e referencia ao assunto e informações já dadas para que isso seja possível.
Coerência	Pela logicidade presente nas estruturas dos enunciados o texto é considerado coerente.
Situacionalidade	<p>Da situação para o texto: Tal qual no fundo da IPES, no acervo de Apolônio de Carvalho, a situação foi um forte influenciador dos registros. Especialmente por se tratar de uma figura de destaque e importância para o contexto político do País com participação direta em movimentos sociais e na criação partidos como o Partido dos Trabalhadores. A descrição arquivística faz menção às suas principais trajetórias registradas em entrevistas e documentários.</p> <p>Do texto para a situação: o texto procura representar as informações de forma fiel à contada por Apolônio, de maneira formal e concisa.</p>
Informatividade	<p>Distribuição da informação: retroação e progressão equilibram informações novas e já apresentadas no texto, encontradas desde a apresentação e biografia do autor às descrições dos conteúdos das séries nas entrevistas e documentários.</p> <p>Grau de Previsibilidade/Expectabilidade da Informação:</p> <p>Texto descritivo bastante informativo, mesmo não sendo um texto poético ou metafórico, mas especialmente por se tratar de documentação pessoal, com muitas informações específicas, especialmente encontradas na biografia também, portanto, apresenta um grau menor de previsibilidade.</p>
Intertextualidade	Não há necessidade de conhecimento de outros textos para a compreensão, ao menos central, no sentido do texto.
intencionalidade	A Descrição realizada, bem como a própria

	documentação sonora é reflexo da intencionalidade na produção, esta última explica-se pelas entrevistas e documentários concedidos/produzidos por Apolônio de Carvalho.
Aceitabilidade	Não aplicável.
Fatores de Contextualização	Presente e perceptível especialmente nas datações, e menções a acontecimentos contemporâneos em que o produtor participou.
Consistência e Relevância	Encontram-se no texto a consistência, pois este não apresenta enunciados que se contrapõem ou contradizem, e, relevância especialmente na apresentação e descrição bibliográfica pois são interpretáveis a medida que se complementam o sentido, a continuidade do texto e subsídios para a compreensão das descrições posteriores.
Focalização	Não se aplica.

Fonte: Elaborado pela autora. Dados da pesquisa 2016.

4.2 Análise dos catálogos do Arquivo Público do Estado do Pará: Catálogo de Documentos Manuscritos da Secretaria da Capitania (Período Colonial 1649 – 1823) e Catálogo do Ministério da Aeronáutica.

Quadro 7 – Análise textual do Catálogo de Documentos Manuscritos da Secretaria da Capitania (Período Colonial 1649 – 1823)

Secretaria da Capitania (Catálogo de Documentos Manuscritos – Período Colonial 1649 – 1823)	
Coesão Textual	Remissiva/ referencial: presente pela tomada de dados anteriores. Sequencial: o sentido texto é continuado. Percebe-se que estes elementos se complementam e interconectam no texto e são essenciais a este.
Coerência	Lógica estruturada nos elementos de constituição do texto apresentado.

Situacionalidade	<p>Da situação para o texto: As situações contemporâneas ao texto delimitam-se ao governo do antigo Estado do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro, reunindo documentos datados dos séculos XVII, XVIII e XIX até o ano de 1840., representam as relações deste com demais secretarias, governos e particulares, sendo, portanto, a documentação, a expressão exata destas situações.</p> <p>Do texto para a situação: a narração descritiva procura ser fiel ao conteúdo documental sem expressar expressões pessoais, mas permitir que esta possa ser recebida de modo mais semelhante ao que está documentado, ainda que se em totalidade não o for.</p>
Informatividade	<p>Distribuição da informação: informações são retomadas no decorrer da descrição para que o sentido do texto eo assunto tenha continuidade dessa maneira e progrida coesa e coerentemente.</p> <p>Grau de Previsibilidade/Expectabilidade da Informação: Como já citado, os textos descritivos arquivísticos possuem caráter objetivo e específico se propõem a representar em maior grau, isto é, de maneira mais minuciosa e aprofundada a informação, mas também de força concisa. Portanto, possui um alto grau e função informativa, mesmo que preveja seu conteúdo.</p>
Intertextualidade	Não aplicável.
Intencionalidade	Todo texto descritivo arquivístico é intencionalmente produzido. Intencionalidade nesse contexto refere-se tanto à organização da informação, como também, à intenção de comunicar.
Aceitabilidade	Não se aplica.
Fatores de Contextualização	Da “Área de Identificação” à “Área de Notas” deste Catálogo encontram-se os exemplos de fatores de contextualização.
Consistência e Relevância	Consistente pela verdade traçada nos tópicos e

	itens do texto. Desse modo um tópico atribui relevância ao seguinte por dar continuidade ao sentido textual.
Focalização	Não se aplica.

Fonte: Elaborado pela autora. Dados da pesquisa 2016.

Quadro 8 - Catálogo da Documentação do Ministério da Aeronáutica.

Ministério da Aeronáutica (Catálogo)	
<p>Coesão</p> <p>Textual</p>	<p>Remissiva: se tratando de uma descrição extremamente sucinta, o texto faz retomadas breves quanto a assunto, lugares e nomes mencionados.</p> <p>Sequencial: Há continuidade de sentido, mas, no entanto, é perceptível a ausência de alguns elementos informacionais como “Apresentação”, “História Administrativa” e “História Arquivística”, fundamentais para uma compreensão completa do catálogo.</p>
Coerência	Os conteúdos das séries estão organizados logicamente, sendo possível associá-los quanto à sua origem, o Ministério da Aeronáutica, sendo perceptível que as ações e atos comunicativos.
Situacionalidade	<p>Da situação para o texto: a situação contemporânea ao texto é expressa limitando-se às funções e atividades desenvolvidas por este ministério (Ministério da Marinha) e seus contextos geográficos de atuação demonstrados na descrição como São Paulo, Salvador, Belém, dentre outras.</p> <p>Do texto para a situação: O texto descritivo buscou discorrer sucinta e leal à documentação, não excedendo nem deixando faltas no Catálogo, salvo por não ter utilizado ainda, como nos demais</p>

	fundos analisados, a Nobrade/ISAD(G) para uma representação mais abrangente e contextual.
Informatividade	Distribuição da informação: Brevemente se recorre ao movimento de retroação no texto, justificando-se por este se apresentar definindo, de maneira breve, o conteúdo das séries, não sendo necessário, portanto. O que não faz com que o texto fique sem sentido, tendo continuidade, progressão. Grau de Previsibilidade/Expectabilidade da Informação: Em se tratando de um órgão público já são previamente esperadas as espécies documentais produzidas.
Intertextualidade	Não se aplica
Intencionalidade	Presente na produção do texto descritivo pelo APEP.
Aceitabilidade	Não se aplica
Fatores de Contextualização	Indicados nos itens descritivos no decorrer do texto, de modo não completo pela ausência, até o momento, da utilização de uma representação mais completa e normalizada, como já dito.
Consistência e Relevância	Os campos estão estruturados de forma não contraditória, e sim verdadeira. Permite inferir a importância do texto por sustentar sua temática e sentido até o fechamento.
Focalização	Não se aplica

Fonte: Elaborado pela autora. Dados da pesquisa 2016.

As análises realizadas demonstraram a aplicação de elementos da semântica textual aos instrumentos de descrição arquivística. Percebeu-se que a existência de vários elementos pertinentes à semântica do texto encontrados no texto como coesão, coerência, situacionalidade, informatividade, intencionalidade, fatores de contextualização e consistência e relevância, sendo comuns nos quatro catálogos.

Constatou-se ainda a inviabilidade de alguns elementos na análise dos textos descritivos arquivísticos, como a aceitabilidade é justificada, como se pode ver, no corpo da análise acima, ambos estão relacionados ao sentido do texto.

A aceitabilidade prevê que se aceite o texto ainda que este não possua sentido ou que este esteja explícito, todavia, como já dito, num texto descritivo arquivístico, os elementos que constroem o sentido textual precisam estar bem evidentes de modo a oferecer maior compreensão acerca da documentação e do arquivo.

A focalização se refere às diversas formas de interpretação que um texto possui. A depender do foco que se dá à interpretação de um texto ele pode assumir vários sentidos, na medida em que seus usuários fizerem suas buscas e interpretações. Vê-se a focalização como elemento de possível identificação nos textos de descrição arquivística por se compreender que a visão do leitor e a contextualização podem influenciar na interpretação deste, especialmente, lhe proporcionando ressignificação.

Todavia, por se referirem a ações interpretativas dos usuários e os vários sentidos que um único texto pode ter a partir das diferentes focalizações estabelecidas e buscadas pelos usuários, ressalta-se a grande relevância desses aspectos, mas considera-se que estes são elementos destinados ao uso do texto e ao usuário, portanto, se dá em um momento posterior ao buscado na análise deste trabalho, que é a construção e produção do texto, momento anterior a este.

Destaca-se a intertextualidade, por sua vez, por proporcionar a conexão com outros textos. Entende-se que seria necessário e importante traçar na descrição relações que os documentos pudessem ter com outros fundos arquivísticos (pessoas físicas ou jurídicas). Nos fundos analisados a intertextualidade não foi identificada.

Outro destaque na análise é a empregabilidade da Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE – aos catálogos. Em três destes a descrição esta normalizada, e, esta constatação faz uma grande diferença em profundidade e contextualização da representação do conteúdo dos acervos.

A ausência de normalização arquivística é sentida no catálogo do Ministério da Marinha, em que, embora seja referente a apenas uma parcela da documentação, as informações apresentadas no catálogo são plenamente compreensíveis, mas uma contextualização mais aplicada se faz importante e

necessária para dimensão das informações que se supõe ser produzida em um Ministério.

Portanto, a construção dos instrumentos, quando desvendados por meio da semântica textual, fica clara a sua intencionalidade, subjetividade, intertextualidade e referência. Assim, a Representação Arquivística, é encarada neste trabalho de relacionar as instâncias em que o texto se inscreve. Visa-se assim demonstrar aspectos constituintes e fundamentais destes produtos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentou amplamente os conceitos de texto e a semântica do texto. Proporcionou, com isso, subsídio para a posterior análise dos catálogos descritivos. Abordou a temática da representação no contexto da Arquivística e da Ciência da Informação e, também, demonstrou que a representação Arquivística é uma construção teórica dos últimos trinta anos.

Constatou na análise a inexistência de políticas de descrição arquivística institucionalizada e de parâmetros claros para a construção dos descritores e dos instrumentos de pesquisa de modo geral.

Embora exista os meios formulares e normalizados de descrição na atualidade, quando passamos para uma análise profunda dos mesmos, percebe-se acima de tudo a subjetividade, intencionalidade e outras ações destacadas ao longo da análise, existentes nestes textos assim como na maioria dos textos, ainda que se esteja falando de textos técnico-científicos.

É preciso que os arquivistas, cientistas da informação, bibliotecários, museólogos, admitam acima de qualquer suspeita a falta de parâmetros claros quando se fala, da elaboração precisa das ações de síntese e análise. Em arquivística, especialmente, existem sim a formalização e a normalização, porém, essas ações não aprofundaram-se da maneira devida na questão fundamental dos descritores: seu conteúdo e melhor forma de apresentação.

Este trabalho visou, ao logo de seu desenvolvimento, destacar a importância de relações interdisciplinares entre as áreas para solução de problemas, quando busca na Linguística formas de análise e compreensão dos fenômenos de nossa área.

Destacou-se também a relação existente entre os processos de descrição e classificação, sempre compreendidos da prática de forma integrada porém tradicionalmente pouco discutido na teoria da área.

Por fim, cumpriu-se de maneira plena com os objetivos que se propôs no início de não tão simples trajetória de pesquisa. Sugere-se novos estudos e em nível maior de aprofundamento relacionado arquivística, linguística e ciência da informação.

Afinal, é só por meio de trabalhos dessa natureza que nossa área irá construir-se de forma plena e que responda a questões postas aos arquivistas pela sociedade.

É necessário, então, uma revisão de nossas normas para padronizar não só suas tabelas, linguagem de máquina e apresentação. É fundamental também, padronizar conteúdos e seus respectivos contextos afim de facilitar a busca por parte do usuário.

No futuro pensa-se em aprofundar na relação e nos estudos com a semântica textual, em uma relação com a nova norma *records in contexts* e o retorno da abordagem diplomática a representação.

REFERENCIAS

Arquivo Nacional (Brasil). Coordenação Geral de Processamento e Preservação do Acervo. **Fundo Apolonio de Carvalho (GK): catálogo de documentos sonoros**. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2013. 15 p.

Arquivo Nacional (Brasil). Coordenação Geral de Processamento e Preservação do Acervo. **Fundo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (QL): catálogo de filmes**. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2012. 13 p.

BARROS, T. H. B. **A representação da informação Arquivística: Uma Análise do discurso teórico e institucional a partir dos contextos Espanhol, Canadense e Brasileiro**. 2014. 222 f. (Tese de Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2014.

BARROS, T. H. B. **A construção discursiva em Arquivística: uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e descrição**. 2010. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista - Unesp, Marília, 2010.

BARROS, T. H. B.; MARTINS, W. R. **A informação orgânica enquanto um objeto interdisciplinar: as relações entre a arquivística e a ciência da informação no âmbito da representação em arquivos**. *ÁGORA*, ISSN 0103-3557, Florianópolis, v. 25, n. 51, p. 132-149, jul./dez., 2015.

BUCKLAND, M. K. **Information as thing**. *Journal of the American Society for Information Science (JASIS)*, v.45, n.5, p. 351-360, 1991. Tradução livre de Luciane Artêncio.

DURANTI, L. **Registros documentais Contemporâneos como provas de ação**. Tradução Adelina Novaes e Cruz. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 49-64.

FÁVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. **Linguística Textual: introdução**. – 10. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

FERREIRA, S. P. A.; DIAS, M. G. B. B. **Leitor e leituras: considerações sobre gêneros textuais e construção de sentidos**. *Psicologia: Reflexão e crítica*, v. 18, p. 323-329, 2005.

GUEGUEN, G.; FONSECA, V. M. M.; PITTI, D, V; GRIMOUARD, C, S. **Para um modelo conceitual internacional de Descrição Arquivística**. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 26, Nº 2, p. 100 – 116 Jul./Dez.2013.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. **A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos conceituais**. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação*. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p.100-117.

ISAD(G): **Norma geral internacional de descrição arquivística**. Segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

KOCH, I. G. V. **Linguística textual: retrospecto e perspectivas**. Alfa, São Paulo, 41: 67-78, 1997.

KOCH, I. V. **Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas**. – 2. ed. – São Paulo : Contexto, 2015.

LEÃO, Flávia Carneiro. **A representação da informação arquivística permanente: a normalização descritiva e a ISAD(G)**. 2006. 87f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, SP, 2006.

LOPES, Luís Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 3. ed. Brasília: Annabel Lee, 2013. 400p.

MARCUSCHI, Luiz Antônio et al. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, v. 20, 2002.

MENDONÇA, E.S. **A Linguística e a Ciência da Informação: estudos de uma interseção**. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 29, n. 3, p. 50-70, set./dez. 2000

ORLANDI, E. P. **O que é Linguística?** Ed. Brasiliense.1986.

RAB. Grupo de Estudos de Representação em Arquivos e Bibliotecas. 2015.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística.** Varona - Salamanca: Publicações Dom Quixote, 1998.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral.** Ed. Cultrix. 1977.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas.** Tradução Nilza Teixeira Soares. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SOUSA, R. T. B. **Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito.** Arquivística. net, v. 2, n. 2, p. 120-142, 2006.

TOGNOLI, N. B. **A representação na arquivística contemporânea.** Ci. Inf., ISSN 1983-5213, Brasília, v. 5, n. 2, p. 79-92, jul. dez. 2012.

TORII, Leonardo da Silva; CRUZ, Roseane Pantoja da Vera. **Catálogo de documentos manuscritos.** Belém: Caixa Econômica Federal, 2012. 147 p.